



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

**Clipping Impresso
Terça, 21 de janeiro de 2014**

Expediente

Desde a última quinta-feira está suspenso o expediente forense na Comarca de Santo Antonio dos Lopes. A suspensão, que se estende até o próximo dia 28, é objeto da Portaria 02/2014, assinada pelo titular da unidade, juiz Carlos Eduardo Coelho de Sousa.

Mutirão

A Corregedoria-Geral de Justiça deve apresentar hoje um balanço parcial do número de processos já analisados pelos 22 juízes que estão trabalhando no mutirão carcerário.

Nessa primeira fase, devem ser analisados mais de mil processos de presos provisórios da região metropolitana de São Luís.

Segundo a corregedora geral, desembargadora Nelma Sarney, a primeira fase do mutirão deve ser concluída no fim da semana.

Medidas

O Comitê de Gestão Integrada, que é presidido pela governadora Roseana Sarney (PMDB), entra na segunda semana de trabalho para cumprir as medidas para vencer a crise nos presídios.

Na sexta-feira, a secretária de Justiça do Paraná, Tereza Uilles, apresentou os primeiros resultados.

Uma das principais medidas adotadas será a implantação do programa Business Intelligence como gerenciador de informações entre os três Poderes.

Corregedoria vai divulgar balanço parcial de mutirão

Até o fim da tarde de hoje, deverão ser conhecidos os primeiros números da etapa inicial do mutirão carcerário

Mario Carvalho
Da equipe de O Estado

A Corregedoria Geral de Justiça deve divulgar, até o fim da tarde de hoje, um balanço parcial dos processos de presos provisórios que já foram analisados pelo conjunto de 22 juizes. Ao todo, são mais de 1000 processos de detentos da região metropolitana de São Luís. Além dos magistrados, também atuam no mutirão carcerário 28 promotores de Justiça e mais 21 defensores públicos.

O início dessa primeira fase, que compreende a análise processual, não tem prazo definido para encerrar, mas apesar disso, a corregedora-geral do Tribunal de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, acredita que se tudo correr dentro do cronograma até o fim desta semana os trabalhos serão concluídos e já na próxima semana será iniciada a segunda fase, que consiste na etapa presencial no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

"Até o momento, acredito que já dobramos o número de processos analisados e já devidamente encaminhados, ou seja, o que é de competência da Defensoria Pública, do Ministério Público e o que está concluso para os juizes para o encaminhamento nos autos", disse a corregedora de Justiça.

Nelma Sarney destacou que todo trabalho de análise processual está sendo feito em tempo recorde. "O momento exige que tomemos medidas urgentes, com prioridade nesse trabalho. A partir daí é que serão definidas as aplicações das penas substitutivas, restritivas, a utilização de tornozeleiras eletrônicas nos presos provisórios e recolocação dos

“

A previsão é que cerca de 30 defensores de outros estados venham ao Maranhão participar desse trabalho”

Aldy Mello Filho,
Defensor-geral do Maranhão

presos com suas devidas identificações. É preciso que se diga que esse trabalho será permanente", afirmou.

Defensoria - A operacionalização do mutirão carcerário está ocorrendo em seis salas disponibilizadas pela Justiça no 7º andar, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. O defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, destacou que no segundo momento a ação da Defensoria Pública do Maranhão será reforçada com o auxílio de defensores de outros estados do país.

Aldy Filho informou que amanhã haverá reunião com representantes da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário e do Conselho Nacional de Defensores Gerais (Condege). "A previsão é que cerca de 30 defensores de outros estados venham ao Maranhão participar desse trabalho", ressaltou o defensor-geral.

Olho vivo (1)

Novo relatório sobre a crise no sistema carcerário do Maranhão está na fogueira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ser lançado em fevereiro. Os juizes do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do estado vêm monitorando tudo que acontece nos presídios e fora deles.

Olho vivo (2)

O último relatório divulgado em dezembro deu a maior confusão. O novo documento também relata, além do caos, também as providências tomadas pelo Comitê de Gestão Integrada, com a participação de representantes dos três poderes estaduais, do Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos da segurança pública. Roseana Sarney é a coordenadora.

Fórum da Comarca de Imperatriz tem novo diretor

Desde a última sexta-feira (17) o juiz Delvan Tavares Oliveira é o novo diretor do fórum da Comarca de Imperatriz. Titular da Vara da Infância e da Juventude da comarca: o magistrado foi designado para a função através da Portaria CGJ 240/2014 e substituiu o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, diretor do fórum no biê-

nio 2012/2013.

“Assumo a função com a precípua pretensão de dar continuidade ao profícuo trabalho que vem sendo desenvolvido, de modo particular contribuir com o aprimoramento da prestação da Justiça, com foco na seriedade, na eficiência, na qualidade e na presteza dos serviços judiciários, buscando in-

cansavelmente, como forma de atender as legítimas pretensões da comunidade, estreitar as relações institucionais entre o Poder Judiciário estadual local e os órgãos públicos e entidades privadas, bem como os segmentos representativos da sociedade e a própria comunidade”, declarou Delvan Tavares ao entrar em exercício na função.

Comarca de Santo Antônio dos Lopes tem expediente suspenso até o próximo dia 28

Desde a última quinta-feira (16), está suspenso o expediente forense na Comarca de Santo Antônio dos Lopes. A suspensão, que se estende até o próximo dia 28, é objeto da Portaria 02/2014, assinada pelo titular da unidade, juiz Carlos Eduardo Coelho de Sousa. Durante o período, funcionam apenas os serviços e expedientes urgentes.

Também fica suspensa a Correição Ordinária iniciada no dia 7 de janeiro e que, em função da mudança, já havia sido prorrogada para a próxima sexta-feira (24). Segundo o magistrado, nova portaria deve estender essa prorrogação.

A suspensão do expediente se dá em função da obra de reforma do prédio onde funciona o Poder Judiciário da comarca, em fase de conclusão, e que deverá ser entregue até o próximo dia 31. (O fórum da comarca funciona provisoriamente em prédio alugado desde o início da obra, em março de 2013).

Entre as considerações do juiz para a adoção da medida, o encerramento do contrato de aluguel do prédio, que ocorre no dia 31 de janeiro, bem como a mudança para o imóvel reformado, que inclui, entre outras coisas, "o transporte de processos, computadores, armários, impressoras e demais patrimônios".

No documento, o magistrado cita ainda a mudança do link (serviço de internet), prevista para o próximo dia 27, bem como a montagem do mobiliário, que deve ocorrer dentro no prazo de até cinco dias.

Prazos processuais voltam a correr a partir de hoje

Os prazos processuais na Justiça estadual voltam a correr normalmente a partir de hoje, quando serão restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias.

As sessões de julgamentos nas câmaras cíveis e criminais também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Os prazos processuais foram suspensos devido ao recesso forense. Ele ocorre geralmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro, mas no TJ-MA foi estendido até o dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da seccional maranhense da OAB, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

Nesse período, o plantão judicial nas esferas cível e criminal analisou procedimentos judiciais, como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento, suspensão de liminares e outras medidas cautelares ou protetivas caracterizadas pela urgência e necessárias à preservação de direitos.

Procurador ouve ONGs para avaliar pedido de intervenção em Pedrinhas

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reúne-se hoje (21) com representantes de organizações de defesa e promoção dos direitos humanos para discutir a possibilidade de pedir intervenção federal no Maranhão por causa da crise no sistema carcerário estadual e seus efeitos na segurança pública local. Além disso, os representantes das organizações não governamentais (ONGs), Justiça Global, Conectas, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no estado (OAB-MA) pretendem avaliar com Janot a possibilidade de transferir da Justiça estadual para a federal a investigação dos assassinatos ocorridos no interior do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

Segundo o coordenador do programa de Justiça da Conectas, Rafael Custódio, as organizações também vão pedir que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado ao Ministério da Justiça, envie uma equipe para inspecionar Pedrinhas. As três entidades afirmam que representantes da sociedade civil estão sendo proibidos de entrar no complexo penitenciário para checar a real situação dos presos após os últimos acontecimentos. "A inspeção de Pedrinhas por uma missão enviada pelo conselho contornaria as dificuldades encontradas pelas organizações de defesa e promoção dos direitos humanos e resultaria em um relatório de grande importância", disse Custódio à Agência Brasil.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 60 detentos foram mortos ao longo do ano passado dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o maior do estado e de onde, segundo as próprias autoridades maranhenses, partiram as ordens para que

ônibus e delegacias fossem atacados entre os últimos dias de 2013 e os primeiros dias deste ano. Só na noite do último dia 3, cinco ônibus foram incendiados na capital. Em um deles, cinco passageiros ficaram gravemente feridos, entre eles a menina Ana Clara, de 6 anos, que teve 95% do corpo queimado e morreu em consequências das complicações no último dia 6.

Na última sexta-feira (17), mais um princípio de motim teve que ser contido em Pedrinhas por homens da Polícia Militar (PM) e da Força Nacional de Segurança Pública. Apesar da presença de homens da Força Nacional e da PM no interior do presídio, em apenas três dias, quatro mulheres foram presas tentando entrar com drogas durante a visita aos presos.

Todos esses problemas levaram a Justiça Global, a Conectas e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos a pedir a Janot, no último dia 7, intervenção federal em Pedrinhas e a federalização dos crimes contra os direitos humanos ocorridos no sistema carcerário maranhense.

"Informações do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público trouxeram a público o quadro caótico instaurado pelas autoridades competentes e por facções criminosas com relação à integridade dos presos e de suas famílias, como as denúncias de estupro contra mulheres e irmãs dos presos que visitam as unidades", afirmam as organizações no documento enviado a Janot. "Frente às gravíssimas violações e ao quadro vigente [...], acreditamos ser de extrema importância o deslocamento da investigação dos crimes já cometidos para o Poder Judiciário federal e para o Ministério Público Federal. Acreditamos que a federalização pos-



RODRIGO JANOT decide hoje se pede ou não intervenção no Maranhão

sibilitará uma investigação mais célere e independente, em respeito às leis brasileiras e aos tratados internacionais do quais o país é signatário", concluem as organizações.

Embora acredite que o procurador-geral vá fazer o pedido, Custódio disse que ainda não está claro se Janot avalia pedir intervenção federal no estado, no sistema carcerário maranhense ou apenas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, conforme pediram as três ONGs. "Não sei se, para o procurador-geral, o que está em jogo é o sistema como um todo, Pedrinhas ou o estado. Nós [Conectas, Justiça Global e SMDH], quando preparamos o pedido, achamos que a intervenção teria mais chances de prosperar, caso estivesse fechada no caso de Pedrinhas, que responde por quase a totalidade dos problemas do

sistema carcerário maranhense", ressaltou Custódio. Ele explicou que, caso Janot decida pelo pedido, caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar.

"E, historicamente, o STF tem agido de forma conservadora na análise dos pedidos de intervenção. É válido que os ministros da Corte sejam precavidos e acredito que eles tenham receio de mexer com as instituições e de uma possível ruptura no pacto federativo – até mesmo por causa de nosso passado recente –, mas, se os legisladores criaram a possibilidade legal, é porque nossa sociedade estabeleceu que esse pacto pode ser quebrado quando se tratar de um caso que exija urgência. E, neste caso concreto, o Maranhão não tem conseguido garantir a integridade dos presos e um mínimo de segurança no sistema", concluiu Custódio.

MIUDINHAS

- A partir de hoje, os prazos processuais que estavam suspensos desde o dia 20 de dezembro do ano passado no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral voltam a ser contados normalmente.

- Na próxima quinta-feira, ocorre a primeira sessão do ano do TRE-MA. As outras serão realizadas nos dias 27, 28 e 29, sempre às 16h.

- A Corte Eleitoral maranhense está composta atualmente pelos desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho (presidente) e Antonio Pacheco Guerreiro Júnior (vice-presidente e corregedor); juiz federal Clodomir Sebastião Reis (diretor da Escola Judiciária Eleitoral); juízes estaduais José Eulálio Figueiredo de Almeida (ouvidor) e Alice de Sousa Rocha; procurador Régis Richael Primo da Silva.

Prazos processuais voltam a correr a partir desta terça-feira

Os prazos processuais na Justiça estadual voltam a correr normalmente a partir desta terça-feira (21), quando serão restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtu-

ais - em primeira e segunda instâncias.

As sessões de julgamentos nas câmaras cíveis e criminais também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Os prazos processuais foram suspensos devido ao re-

cesso forense. Ele ocorre geralmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro, mas no TJMA foi estendido até o dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da seccional maranhense da OAB, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

Nesse período, o plantão judi-

cial nas esferas cível e criminal analisou procedimentos judiciais, como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento, suspensão de liminares e outras medidas cautelares ou protéticas caracterizadas pela urgência e necessárias à preservação de direitos.

▷ NOVA ANÁLISE

CNJ terá em fevereiro outro relatório sobre o sistema carcerário

Um novo relatório sobre as condições do sistema penitenciário do Maranhão deverá ser divulgado no início de fevereiro. O novo retrato está sendo feito pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do estado, Ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O grupo é responsável por acompanhar as condições dos presídios, coordenar os mutirões carcerários e desenvolver projetos de ressocialização dos detentos.

De acordo com o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Luiz Carlos Rezende e Santos, após os últimos acontecimentos no Maranhão, é necessária uma apuração das medidas que têm sido tomadas para resolver problemas como superlotação e violência. Segundo Luiz Carlos, os juízes que compõem o grupo maranhense foram notificados para que acompanhem as atividades promovidas na resolução dos problemas carcerários. "Estou aguardando a movimentação do grupo para o início de fevereiro. Precisamos saber o que está acontecendo para que possamos desenvolver um projeto de acompanhamento daqui para adiante, já que é uma situação diferenciada do resto do Brasil", disse.

Para Luiz Carlos, após a criação pelo CNJ do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeduca-

tivas (DMF), em 2009, os grupos de acompanhamento estaduais passaram a monitorar de perto a condição dos presídios no Brasil. "O Judiciário tem como obrigação principal a boa condução dos processos judiciais e ao Executivo compete a estrutura física, cuidar e melhorar as estruturas. Com o tempo, o grupo também passou a ter legitimidade de levar ao Executivo preocupação sobre as imperfeições físicas do sistema", explicou o juiz.

Foi assim que, em fevereiro de 2011, após rebelião que deixou seis presos mortos, foi instituído mais um grupo, desta vez para apurar casos de abuso de autoridade, tortura e qualquer tipo de violência de agentes públicos contra detentos no estado. O relatório, assinado em conjunto por representantes do CNJ e do Tribunal de Justiça do Maranhão, diagnosticou a precariedade e superlotação dos presídios e delegacias do estado e a falta de agentes penitenciários qualificados.

O documento contém recomendações para a construção de pequenas unidades prisionais em diferentes cidades e realização de concurso público para suprir a administração penitenciária. As propostas foram encaminhadas à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, aos seus secretários, bem como à Procuradoria Geral de Justiça do estado e ao Tribunal de Justiça do Maranhão.



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

Clipping Digital

Terça, 21 de janeiro de 2014



Sistema de informações auxilia gestão de dados prisionais

17/01/2014 - 14h29



Desembargadores, juízes e membros do Ministério Público, Defensoria e OAB *assistiram* à palestra da presidente do Conselho Nacional de Secretarias de Estado da Justiça e Cidadania (Consej), Maria Tereza Gomes, sobre o Sistema Business Intelligence (BI), no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta quinta-feira (16/1). Em uso em 20 estados, a ferramenta vai auxiliar as autoridades da Justiça e da Segurança Pública do estado no acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios.

O Sistema BI, desenvolvido pelo governo do Paraná, integra bases de dados para gerenciamento de informações que podem ser cruzadas e aplicadas no acompanhamento dos processos envolvendo a privação de liberdade e deve ser alimentado pelas autoridades envolvidas na execução penal. A ferramenta foi colocada à disposição do governo estadual, do Poder Judiciário e de outras instituições por meio de senhas. O próximo passo é definir quem será o gestor do sistema.

"Não temos uma solução pronta para a execução penal. Mas essa ferramenta de gestão, se bem alimentada, vai permitir que as autoridades conversem entre si, sem precisar entrar no presídio", disse a presidente do Consej, que também é secretária de Justiça e Cidadania do Paraná. A falta de integração das informações entre os órgãos da Justiça e do governo com a execução penal é uma das dificuldades apontadas pelos magistrados na condução dos processos da área criminal e na gestão carcerária.

Propósito - Para a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, esse recurso é importante para o controle da gestão carcerária no estado pelo Executivo e da execução penal pelo Judiciário. "Vamos contribuir para que o sistema seja alimentado corretamente e sirva ao propósito final de melhorar a situação carcerária", disse a desembargadora. A importância da ferramenta para a gestão do sistema prisional também foi confirmada pela vice-presidente, Anildes Cruz. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (TJMA), anunciou, ao final da palestra que, ainda nesta semana, todas as informações relativas aos réus presos deverão ser inseridas no sistema pelo Judiciário.

A desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça, destacou que uma das dificuldades encontradas pelos juízes criminais é localizar informações essenciais sobre a situação do preso, como, por exemplo, onde ele se encontra. Os dados sobre a situação dos presos das delegacias de polícia deverão ser cadastrados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, e dos presos das penitenciárias, pela Secretaria de Justiça. Caberá ao Poder Judiciário alimentar o sistema com informações sobre a identificação do preso, data de início e término da pena, regime prisional, benefícios a que tem direito, entre outras.



Ouvidoria do TJMA registra recorde no atendimento

Recorde no atendimento - 17/01/2014 às 08h57



A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 3.113 atendimentos no ano de 2013, com recorde mensal de 339 manifestações em outubro. O número corresponde a quase o dobro de solicitações feitas em 2012 (1.576).

Em dois anos, o órgão foi acionado 4.689 vezes, conforme relatório entregue à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice, pelo desembargador Lourival Serejo, ouvidor no biênio 2012/2013.

A presidente do TJMA elogiou o trabalho da Ouvidoria e reconheceu a importância do órgão para os serviços judiciais. "A Ouvidoria desempenha o papel de aproximar o cidadão do Judiciário, uma das prioridades da nossa gestão", disse a desembargadora.

Judiciário e parceiros executam Plano Estadual de Educação das Prisões

Publicação: 17/01/2014 11:02



O Poder Judiciário do Maranhão, em parceria com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e as secretarias estaduais de Justiça e Administração Penitenciária; Direitos Humanos; Mulher e Educação – está implementando ações para criação de vagas de trabalho aos egressos e presos do regime semiaberto.

A medida atende orientação do Comitê Gestor de Ações Integradas, que tem como coordenador o desembargador Froz Sobrinho, que também coordena a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA. O trabalho adota sistemática do programa Começar de Novo, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cerca de mil egressos do sistema carcerário e presos do regime semiaberto estão matriculados no Plano Estadual de Educação das Prisões. Eles receberão aulas por intermédio do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro de unidades prisionais da capital e do interior. Há outras 400 vagas para cursos técnico-profissionalizantes do Pronatec oferecidas aos detentos.

Efetivação

No momento, uma das preocupações Comitê Gestor é a efetivação da Lei Estadual 9.116/2010, que instituiu o Programa Começar de Novo no Maranhão e determina que todas as licitações realizadas pelos órgãos estaduais destinem vagas de trabalho a presos dos regimes aberto e semiaberto e egressos do sistema carcerário.

Reuniões agendadas para os próximos dias definirão as ações a serem implementadas em relação ao Plano de Saúde Integral ao Preso e referentes à adoção de medidas alternativas e monitoramento eletrônico, que será disciplinado por meio de Decreto Estadual. Caminhões do Viva Cidadão irão se deslocar até às unidades prisionais para providências de emissão de documentos aos internos.



Ouvidoria do TJMA registra recorde no atendimento

17/01/2014

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 3.113 atendimentos no ano de 2013, com recorde mensal de 339 manifestações em outubro. O número corresponde a quase o dobro de solicitações feitas em 2012 (1.576).

Em dois anos, o órgão foi acionado 4.689 vezes, conforme relatório entregue à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice, pelo desembargador Lourival Serejo, ouvidor no biênio 2012/2013.

A presidente do TJMA elogiou o trabalho da Ouvidoria e reconheceu a importância do órgão para os serviços judiciais. A Ouvidoria desempenha o papel de aproximar o cidadão do Judiciário, uma das prioridades da nossa gestão, disse a desembargadora.

Em 2013, o item reclamações liderou a lista das manifestações, com 2.222 registros; em segundo lugar, pedidos de informação, com 590; em seguida, denúncias, com 104, e dúvidas, com 76 registros.

Os canais mais utilizados pelos usuários para fazer suas manifestações foram o Telejudiciário, que atende pelo 0800 707 1581 (1.060 registros); formulário eletrônico, disponível no site www.tjma.jus.br (1.044); e-mail ouvidoria@tjma.jus.br (269); o Fale Conosco da Corregedoria (224) e da Presidência (212); e as audiências públicas realizadas nos bairros da Cidade Operária, Cohab, Anjo da Guarda, Caratuiua e Liberdade, e nas comarcas de Santa Inês e Imperatriz.

RESPOSTA - O prazo para resposta definitiva às questões dos usuários pela Ouvidoria é de 20 dias úteis. Durante esse período, a equipe realiza um criterioso trabalho de pesquisa, diálogos com os setores envolvidos, contatos adicionais com usuários, envio às unidades e acompanhamento dos casos até o esgotamento das possibilidades de resolução. As unidades envolvidas, por sua vez, têm até 5 dias úteis para prestar informações e esclarecimentos.



Educação das Prisões - 17/01/2014 às 15h05

Judiciário e parceiros executam Plano Estadual de Educação das Prisões



O Poder Judiciário do Maranhão – em parceria com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e as secretarias estaduais de Justiça e Administração Penitenciária; Direitos Humanos; Mulher e Educação – está implementando ações para criação de vagas de trabalho aos egressos e presos do regime semiaberto.

A medida atende orientação do Comitê Gestor de Ações Integradas, que tem como coordenador o desembargador Proz Sobrinho, que também coordena a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA. O trabalho adota sistemática do programa Começar de Novo, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Software BI vai auxiliar gestão de dados prisionais

17/01/2014 às 16h45 - Atualizado em 17/01/2014 às 17h23



O Estado do Maranhão recebeu, nesta sexta-feira (17), uma ferramenta que vai auxiliar as autoridades da Justiça e da Segurança Pública do Estado no acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios.

O *software Business Intelligence (Sistema BI)* foi apresentado nesta sexta, em uma palestra da presidente do Conselho Nacional de Secretarias de Estado da Justiça e Cidadania (Consej), Maria Tereza Gomes. Segundo ela, o sistema vai permitir uma integração de dados do Poder Executivo com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública sobre os presos do Maranhão. "Com essa tecnologia da informação, vai facilitar o controle da execução penal, auxiliar na execução dos multirões carcerários. Vai permitir saber quem são essas pessoas que ainda estão encarceradas, o nome delas, quanto tempo estão presas e se já houve pedido de *habeas corpus*, explicou a secretária.

O Sistema BI, em uso em 20 Estados, foi desenvolvido pelo governo do Paraná. O *software* integra bases de dados para gerenciamento de informações que podem ser cruzadas e aplicadas no acompanhamento dos processos envolvendo a privação de liberdade e deve ser alimentado pelas autoridades envolvidas na execução penal.

A ferramenta foi colocada à disposição do governo do Estado, do Poder Judiciário e das outras instituições, por meio de senhas. O próximo passo é definir quem será o gestor do sistema. "Cada órgão da Justiça já disponibilizou seus dados, inserimos essas informações no sistema. Assim, já temos a primeira versão do BI pronta", afirmou Maria Tereza Gomes.

Ainda de acordo com a secretária, a ferramenta não é uma solução para os problemas no sistema prisional, mas é importante para que se tenha uma visão gerencial dos presos do Estado.

"Não temos uma solução pronta para a execução penal. Mas essa ferramenta de gestão, se bem alimentada, vai permitir que as autoridades conversem ente si, sem precisar entrar no presídio", disse a presidente do Consej, que, também, é secretária de Justiça e Cidadania do Paraná.

A falta de integração das informações entre os órgãos da Justiça e do governo com a execução penal é uma das dificuldades apontadas pelos magistrados na condução dos processos da área criminal e na gestão carcerária.

Para a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, esse recurso é importante para o controle da gestão carcerária no Estado pelo Executivo e da execução penal pelo Poder Judiciário. "Vamos contribuir para que o sistema seja alimentado corretamente e sirva ao propósito final de melhorar a situação carcerária", disse a desembargadora.

A importância da ferramenta para a gestão do sistema prisional também foi confirmada pela vice-presidente, Anídes Cruz. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (TJ-MA), anunciou, ao final da palestra, que ainda esta semana, todas as informações relativas aos réus presos deverão ser inseridas no sistema pelo Judiciário.

A desembargadora Nelma Samey, corregedora-geral da Justiça, destacou que uma das dificuldades encontradas pelos juízes criminais é localizar informações essenciais sobre a situação do preso, como, por exemplo, onde ele se encontra.

Apelo cultural

O IMPARCIAL

Credibilidade é o que conta

Prazos processuais voltam a correr a partir desta terça-feira

Publicação: 20/01/2014 15:00

Os prazos processuais na Justiça estadual voltam a correr normalmente a partir desta terça-feira (21), quando serão restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias.

As sessões de julgamentos nas câmaras cíveis e criminais também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Os prazos processuais foram suspensos devido ao recesso forense. Ele ocorre geralmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro, mas no TJMA foi estendido até o dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da seccional maranhense da OAB, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

Nesse período, o plantão judicial nas esferas cível e criminal analisou procedimentos judiciais, como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento, suspensão de liminares e outras medidas cautelares ou protetivas caracterizadas pela urgência e necessárias à preservação de direitos.



Prazos processuais - 20/01/2014 às 14h05

Prazos processuais voltam a correr a partir desta terça-feira (21)

Os prazos processuais na Justiça estadual voltam a correr normalmente a partir desta terça-feira (21), quando serão restabelecidas as publicações de acórdãos, sentenças e decisões, despachos, bem como a intimação de partes ou advogados de processos físicos e virtuais – em primeira e segunda instâncias.

As sessões de julgamentos nas câmaras cíveis e criminais também serão retomadas, assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Os prazos processuais foram suspensos devido ao recesso forense. Ele ocorre geralmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro, mas no TJMA foi estendido até o dia 20 de janeiro em atendimento a pedido da seccional maranhense da OAB, para que os advogados tivessem um período de descanso nas atividades profissionais.

Apelo cultural

O IMPARCIAL

Credibilidade é o que conta

Publicação de documentos históricos pelo TJMA terá apoio da Fapema

Publicação: 20/01/2014 13:48 Atualização: 20/01/2014 14:43



O Projeto de transcrição e publicação de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX, pertencentes ao acervo da biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), receberá incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Três livros de registros de testamentos do Maranhão (1781-1791, 1790-1795 e 1793-1801) serão contemplados pelo projeto, com a publicação de 300 exemplares de cada um deles.

"A intenção é difundir e disponibilizar ao cidadão maranhense uma inédita e importante parte da história do Estado com um valioso conjunto documental," ressalta o desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA.

O projeto foi apresentado pela Coordenadoria da Biblioteca por meio do Edital nº. 027/2013, aprovada em seleção pública e endossada pelo Tribunal de Justiça. O financiamento – no valor de R\$ 105.331,00 – será feito pelo Executivo Estadual.

OBRAS RARAS – Apesar de ter todo o seu acervo biblioteconômico organizado, e adequado às necessidades dos usuários, os esforços da Coordenadoria da biblioteca do TJMA estão voltados atualmente para as obras raras sob sua guarda. "Nosso objetivo é avançar com o levantamento, a catalogação e a posterior informatização de todo o acervo raro da biblioteca", explica a coordenadora da biblioteca, Cintia Valéria Andrade.

TESTAMENTOS - Em 2012, a Biblioteca deu início ao "Projeto de Transcrição e Organização do Acervo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão", para fazer a transcrição, organização e elaboração de instrumentos de pesquisas visando subsidiar o alcance dos usuários às obras. A princípio, foram eleitos os Livros de Testamentos de 1751 a 1756, cuja transcrição encontra-se finalizada. Para a historiadora Arlindyane Santos, responsável pela leitura paleográfica e transcrição dos manuscritos, os três livros selecionados justificam-se em função de serem os mais aptos para o manuseio, com bom estado de conservação e também por seguirem em ordem cronológica ao primeiro livro já transcrito.

Os testamentos, segundo a historiadora, são testemunhos de uma época fundamental para o Maranhão, quando ocorreram mudanças significativas nos cenários econômico e político. "Os testamentos, apesar de serem relatos individuais, expressam modos de viver coletivos e certificam sobre as condutas, se não de toda a sociedade, mas de grupos sociais mais específicos", enfatiza.

O conjunto de códices que compõe os Registros de Testamentos dos séculos XVIII e XIX perfaz um total de 32 Livros de Registros de Testamentos do período colonial e imperial do Maranhão (1751-1889). Outras obras de fundamental valor histórico como O Código Phillipino (1603), Novellas de Justiniano e Coleção de Leis do Império do Brasil (a partir de 1750), Registro de Títulos de Desembargadores (1813) e Le Livre du Digeste também fazem parte do acervo.